

## **Coletivos estudantis da Faculdade de Medicina da UFRJ: gênero, identidades e formação médica**

### **UFRJ medical school's student groups: gender, identities and medical education**

**Isabelle Ramos**

Faculdade de Medicina - UFRJ  
[isabelle\\_ramos@outlook.com](mailto:isabelle_ramos@outlook.com)

**Daiane Agostini Da Silva**

PPGECS - NUTES - UFRJ  
[daianeagostinisilva@gmail.com](mailto:daianeagostinisilva@gmail.com)

**Valentina Carranza Weihmüller**

PPGECS - NUTES - UFRJ  
[cw.valentina@gmail.com](mailto:cw.valentina@gmail.com)

**Vera Helena Ferraz de Siqueira**

PPGECS - NUTES - UFRJ  
[verahfs@yahoo.com.br](mailto:verahfs@yahoo.com.br)

### **Resumo**

No marco da democratização-diversificação das universidades públicas (pós implementação de políticas de ações afirmativas), analisamos os coletivos estudantis do curso de Medicina da UFRJ nas suas implicações formativas e políticas relativas à construção de identidades e formação profissional, em especial sobre questões de gênero. Com base num referencial teórico-metodológico pós-estruturalista e uma abordagem qualitativa, realizamos entrevistas semi-estruturadas com estudantes de Medicina e aplicamos o método de análise de conteúdo. Os resultados indicam que os coletivos são percebidos como instâncias de aprendizagem que contribuem na formação de identidades femininas com condições para desestabilizar as posições subordinadas de gênero como estudantes e cidadãs. Discutimos o paradigma médico hegemônico em sua função reprodutora de saberes que essencializam o corpo feminino, excluindo-o de seu contexto sócio-histórico-cultural. Assim, evidencia-se que os coletivos também estão produzindo mudanças nas relações de poder no ensino com desdobramentos para a formação profissional.

**Palavras chave:** Coletivos, identidades, gênero, formação médica, ação afirmativa.

### **Abstract**

In the context of democratization-diversification of public universities (after implementation of affirmative action policies), we analyzed the student collectives of the UFRJ Medicine course in its formative and political implications regarding the construction of identities and professional training, especially with regard to gender issues. Based on a post-structuralist and qualitative theoretical-methodological framework, we conducted semi-structured interviews with medical students and applied the content analysis method. The results indicate that the collectives are perceived as instances of learning that contribute to the formation of feminine identities with conditions to destabilize the subordinate positions of gender as students and citizens. We discuss the hegemonic medical paradigm in its reproductive function of knowledge that essentializes the female body, excluding it from its socio-historical-cultural context. Thus, it was evidenced that the collectives are also producing changes in the power relations in teaching with unfoldings for the professional formation.

**Key words:** collectives, identities, gender, medical education, affirmative action.

## Introdução

A implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, ao permitir uma maior democratização no acesso, trouxe para a realidade acadêmica uma rica diversidade de vozes. No caso da UFRJ, a política de cotas foi implementada inicialmente em 2011, com a instituição de cotas sociais para ingresso em 2012. Com a Lei nº 12.711, a UFRJ se deparou com a obrigatoriedade de destinar 50% de suas vagas para os alunos que cursaram o Ensino Médio público; dentre estas vagas, ainda haveria que garantir os cortes por renda e as proporções de autodeclaração étnico-racial.

Nesse novo contexto, o curso de Medicina da UFRJ, apesar de ainda carregar fortes traços de tradição elitista, é palco para novas repercussões nas identidades e formação dos/as estudantes, informadas por inúmeros discursos que conformam as identidades dos sujeitos universitários. Assim, surgem e se fortalecem organizações, como os coletivos estudantis, que colocam em discussão pautas e demandas antes negligenciadas, como aquelas que se relacionam a questões étnico-raciais, culturais, de gênero, entre outras.

A fim de caracterizar estes coletivos estudantis universitários é importante primeiro, localizá-los num panorama político internacional que tem visto o amplo protagonismo juvenil em diversas formas de mobilização social, seja no apoio de causas intergeracionais (disputas por serviços urbanos, questões de gênero e sexualidades, lutas frente crises das democracias, movimentos antiglobalização, etc.) como de demandas próprias dos/as jovens (direitos à educação, ao trabalho, à cultura e lazer) (FEIXA, FERNÁNDEZ-PLANELLS, FIGUERAS, 2016). No Brasil, este ciclo político de movimentos juvenis tem como eventos significativos nos últimos anos, as manifestações pelo Passe Livre em 2013, as ocupações estudantis em 2015 e 2016, como também a proliferação de coletivos e agrupações que atuam em diversas esferas públicas.

Conforme Groppo (2016) a noção de juventudes nesses movimentos atinge relevância, na medida em que é entendida no seu caráter geracional, ou seja, como conjunto de pessoas que, por compartilhar percursos de vida - espaços, tempos, relações e experiências - se reconhecem mutuamente e desenvolvem valores e identidades que muitas vezes confrontam com o olhar adultocêntrico e normalizador que as coloca em papéis sociais passivos e/ou “em desenvolvimento”, que necessitam ser tutorados e orientados para a vida adulta.

No estudo recente sobre organizações estudantis em uma Universidade de Minas Gerais,

Grosso (2016) identifica uma “vibrante vida coletiva estudantil-juvenil” que não só se expressa em tipos de organizações tradicionalmente políticas (associações ligadas à política partidária ou a movimentos sociais clássicos e centros/diretórios acadêmicos) senão que encontra-se presente em manifestações que atuam na cultura, na religião e no lazer. Num olhar pós-estruturalista o autor observa estas manifestações ligadas aos cotidianos, às relações de poder e aos corpos dos/as jovens, envolvendo processos não formais e informais de construção de subjetividades e identidades, sendo assim relevantes para o campo de estudos educacionais. Desta maneira, referenciando a Mesquita (2003), Grosso (2016, p. 848-849) descreve estes coletivos no seu “caráter fluido”, pois eles se caracterizam por enfatizar

[...] aspectos culturais e lutas cotidianas e identitárias. [...] tendem a ser autônomos, mais democráticos e com organização mais horizontal. Vêm ganhando força com ações coletivas que respondem a muitas demandas dos estudantes e parecem expressar o surgimento de uma nova “sociabilidade militante” no ME [Movimento Estudantil] a qual é capaz de incorporar melhor os temas racial, de gênero, cultura e juventude, assim como novas metodologias.

Neste trabalho focamos na abordagem destes coletivos estudantis-universitários “fluidos” no contexto atual da Faculdade de Medicina da UFRJ. A escolha pelo foco no gênero a partir da ação dos coletivos da Medicina adquire relevância em dois sentidos. Por um lado, sendo um curso tradicional e elitista, tensionamentos adultocêntricos, machistas e racistas podem estar sendo colocados pelos discursos e sentidos que os coletivos constroem sobre o processo formativo e a própria prática médica, tensionando, assim, relações de poder. Por outro, sendo a área biomédica uma das disciplinas que fornecem argumentos biologizantes e sexualizantes aos discursos conservadores sobre o “masculino” e o “feminino”, as vozes emergentes dos coletivos, podem estar entrando em conflito com conteúdos curriculares e saberes dominantes, até então não problematizados.

## **Referencial: Gênero, formação médica e identidades**

Partindo de uma visão pós-estruturalista, entendemos as identidades em uma perspectiva não essencialista, e a noção de gênero como uma construção social e cultural das diferenças mediada pelos discursos entre os sexos, que ocorre no interior de relações de poder. Como relata Rohden (2009), escritos médicos, desde o século XIX, ao aplicar esforços para conceber uma distinção incontestável entre os sexos, refletem o papel fundamental do discurso médico para estabelecer papéis de gênero, distinções e hierarquias.

Conforme Machado (1997), ao lado da história de prestígio social da medicina, precisamos considerar que o mundo do trabalho médico foi constituído por profissionais do sexo masculino no mundo industrializado e que só a partir dos anos 1930 no Brasil ocorreu a entrada de mulheres neste mercado.

Enquanto um saber construído por homens que pertencem a uma esfera de poder, é muito evidente ainda hoje o peso da formação em medicina, que foi produzindo diferenciações de gênero a partir de discursos que corroboram na representação das estudantes mulheres como intelectualmente “inferiores” em relação aos homens e da construção de profissões moralmente adequadas ao feminino e masculino, naturalizando hierarquias profissionais. Machado (1997, p.155-156) demonstra que as escolhas nas residências e carreiras médicas são influenciadas pela aceitação em espaços considerados mais ou menos “masculinos”, ficando a maioria das mulheres concentradas nas áreas de “inclinação naturalmente

feminina”, como “pediatria, dermatologia, clínica geral e nutrologia, havendo, assim, uma certa conjugação entre as funções 'domésticas' e as 'profissionais”.

As identidades emergentes no segmento universitário se caracterizam como cada vez mais provisórias, menos fixas e mais fluidas, não sendo definidas biologicamente, nem monoculturalmente, mas historicamente (HALL, 2014). Uma vez que tais identidades são contraditórias e fluidas, o currículo também é um terreno de política cultural, contestações e transgressão (SILVA, 1996).

Em um curso conhecidamente elitista, preconceituoso e violento como a medicina (SIQUEIRA e ROCHA, 2008), a partir do ingresso de novos atores sociais, podemos perceber novas narrativas e demandas que rejeitam naturalizações biológicas do corpo e da sexualidade para justificar preconceitos de gênero. Assim, esses sujeitos resistem às determinações identitárias do curso, introduzem novas experiências e reivindicam questões antes silenciadas.

## **Objetivos e Metodologia**

O objetivo geral deste estudo é compreender como os coletivos estudantis permeiam a construção identitária e atuam no processo formativo quanto a questões de gênero. Assim torna-se relevante identificar aprendizagens, tensionamentos e processos identitários relacionados ao gênero que se desdobram da participação/agência desses coletivos e entender em que aspectos, esses desdobramentos se relacionam com relações de saber e poder na formação profissional médica.

Para apreensão de tais objetivos optamos por uma abordagem qualitativa, que conforme Esteban (2010) envolve um trabalho sistematizado preocupado em compreender práticas, sentidos e discursos que formam parte dos cenários e contextos socioeducativos. Esse tipo de abordagem implica uma preocupação com a experiência tal como é vivida, sentida e representada pelos sujeitos, sendo fundamental que a compreensão se dê a partir da integração entre resultados e marco teórico.

Como procedimento de aproximação a estas experiências e sentidos, realizamos 5 entrevistas semiestruturadas com estudantes do curso de Medicina da UFRJ; dentre os quais 2 participavam **de coletivos estudantis** e 3 não participavam. Para o tratamento dos dados usamos a análise de conteúdo (AC) de Bardin (1977), partindo das unidades de contexto para elencar categorias de análise conforme o referencial teórico-metodológico. Por fim, foi realizado o tratamento dos resultados e a interpretação das unidades segundo os objetivos propostos.

Importante informar que a pesquisa segue os parâmetros éticos necessários às pesquisas científicas com seres humanos (consentimento livre e esclarecido e anonimato dos entrevistados).

## **Resultados e Análise**

### **Coletivos Estudantis Universitários: debates sobre gênero**

Um primeiro desdobramento das entrevistas indica que os debates proporcionados nos coletivos se apresentam como instâncias formativas das identidades profissionais médicas. A respeito da ação dos coletivos uma das entrevistadas indicou que eles possuem uma “*dimensão política*” que intervém “*diretamente na organização da faculdade*”. Conforme

relatos, os coletivos de mulheres, de identidade negra e LGBT têm um importante papel nessa transformação influenciando em mudanças em espaços de lazer cotidianos e em questões controversas como “*fraudes nas cotas*” (Ana, 10º período).

Conforme indicam outros depoimentos, os coletivos nascem “*de uma demanda, uma demanda de marginalização*” (Fábio, 10º período) e “*pra gente abarcar todas essas questões identitárias, normalmente quem costuma se preocupar com elas são os próprios atingidos, que sentem aquilo na pele...*”. Como instâncias de resistência, fortalecidas a partir do novo perfil estudantil, o potencial dos coletivos é reconhecido no sentido de introduzir transformações político-culturais e identitárias no curso de medicina.

Críticas ao currículo formal sobre a falta de sensibilidade e problematização sobre questões de gênero e identidade sexual no atendimento médico são reiteradamente colocadas pelos entrevistados, apontando a necessidade de ver “o paciente como um todo” (Carla, 1º período). Também uma aluna colocou como função dos coletivos contribuir para se preparar profissionalmente, conseguindo realizar um atendimento adequado e integral frente à diversidade de subjetividades; e indicou a impossibilidade de ser uma “*boa médica*” sem ter noção sobre as questões tensionadas em torno ao gênero e sua própria constituição como mulher profissional de saúde (Gabriela, 10º período).

Conforme outros depoimentos, reconhecendo o atual contexto onde se discutem os direitos das minorias, o novo perfil dos estudantes de medicina traz outras realidades capazes de contestar “*o lugar da elite carioca, que podia fazer da faculdade o quintal da casa deles*” (Fábio, 10º período). Como indica uma das entrevistadas a “política de cotas” implicou uma maior abertura tanto para a discussão de aspectos ligados a raça e classe social, como também para o combate ao machismo e à LGBTfobia, representando o “*momento social que a gente está vivendo no resto do mundo*” (Ana, 10º período).

Podemos assim dizer que estamos frente a uma mudança estrutural, não apenas na forma de ingresso, mas na dinâmica político-cultural do curso, que enfrenta o desafio de lidar com uma nova “realidade” introduzida por um público que historicamente tem sofrido diferentes marginalizações (SILVA, 2015).

### **Formação médica, discursos biomédicos e hierarquias de gênero**

Conforme os relatos, a construção histórica do curso, marcada por um discurso da hegemonia masculina, branca e heterossexual, ainda tem reflexos na formação médica. Assim, indicam um “esquecimento” curricular diante das questões de gênero. Uma das entrevistadas relatou perceber que “*as pessoas não querem falar disso [gênero] de propósito*”. Que “*pessoas evitam falar dele justamente para perpetuar essa cultura patriarcal e machista que tem na instituição*” (Gabriela, 10º período).

Uma crítica é estabelecida em relação ao paradigma médico hegemônico, visto em sua função reprodutora de saberes que essencializam o corpo feminino, excluindo-o de seu contexto sócio-histórico-cultural. Um dos estudantes relata experiências e percepções nas áreas de clínica médica que estão mais próximas ao cuidado da saúde da mulher, a partir de discursos que produzem estigmas e naturalizam as relações desiguais de poder – homem/mulher, médico/paciente. A “*patologização da fisiologia do corpo com útero*” e os saberes obstétricos distanciados da “*dor*” das mulheres “*históricas*” são colocados, como a materialização do discurso tradicional machista que permeia a formação médica (Raul, 10º período).

Tomando o currículo como uma prática discursiva de significação é que podemos pensar sobre a interface entre a cultura e a formação das identidades profissionais médicas. O

paradigma biomédico do curso é percebido como um discurso curricular que é interiorizado nas maneiras de “ser médico”. Essa cultura da educação médica engloba processos de produção de saberes e significados sobre os corpos femininos e masculinos, excluindo-os de suas subjetividades e, muitas vezes, associando as marcas de diferenciação de gênero à sexualidade, à cor e à classe para (con)formar sujeitos. Por exemplo, ao abordar fatores de depressão, um entrevistado colocou a falta da problematização de aspectos identitários ligados ao gênero (mulher), à orientação sexual (LGBT) e às considerações étnico-raciais. Neste sentido, ele afirmou a continuidade de uma “*visão muito genética, muito biologicista*” no currículo formal que é contrastado pela ação discursiva dos coletivos que estão “*tentando desconstruir esse saber médico tão consolidado, exclusivamente consolidado no caráter biológico, desconsiderando todos os outros âmbitos da integralidade de um ser*” (Raul, 10º período).

A análise das entrevistas evidencia que as ações dos coletivos desestabilizam os discursos hegemônicos e contribuem na transformação das estruturas, dado que o currículo, mediado por discursos para além da grade de disciplinas, constrói identidades com condições para minar discursos de saber-poder desiguais e contestar classificações binárias - homem/ mulher.

## Considerações finais

O trabalho apresentado evidencia que em um curso elitista como o da medicina da UFRJ, a democratização da universidade, especialmente pela política de cotas, é percebida como um palco para o surgimento de coletivos estudantis, tensionando as estruturas estabelecidas por aqueles que “comandavam a medicina”. Considerações sobre o apagamento curricular das questões de gênero são apontadas como estratégias para perpetuar saberes e discursos sobre o “feminino” e o “masculino” que destituem os sujeitos de sua integralidade, repercutindo nas identidades profissionais.

O “estar junto” vivenciando similares experiências permite aos/às jovens pensar em formas de auto-organização visando a construir lugares de acolhimento e crítica, para enfrentar problemas e violências comuns e gerar plataformas discursivas sobre aquelas questões pertinentes a suas realidades.

O papel da reflexão sobre as identidades é essencial não só para a construção do próprio sujeito senão também para a prática profissional. O debate estabelecido a partir dos coletivos é percebido como uma ação discursiva e pedagógica relevante para reconstruir e desestabilizar papéis de gênero e desnaturalizar e problematizar saberes.

Assim, entendemos que os coletivos universitários surgem enquanto instâncias de resistência ao paradigma curricular médico para desestabilizar posições e questionar relações entre poder e saber na formação médica.

## Agradecimentos e apoios

CAPES Código de Financiamento 001 e CNPq.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.  
BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.711**. 2012.

- ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Trad. Cabrera M. Porto Alegre: AMPG, 2010.
- FEIXA, C., FERNÁNDEZ-PLANELLAS, A., FIGUERAS, M. Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14 n.1, pp. 107-120, 2016.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.
- GROPPO, L. A. Juventudes universitárias: participação política e processos educativos em uma universidade do interior de Minas Gerais. **Educativa**, v. 19, n. 3, p. 838-859, 2016.
- MACHADO, M. H., coord. Os médicos no Brasil: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.
- SILVA T. T. **Documentos de Identidade**. Petrópolis: Vozes. 1996.
- SILVA, F.C. Política de cotas e ascensão social e educacional no ensino superior: os casos dos cursos de Direito e Medicina da UFAL. In: **Anais REA/ABANNE**, 2015.
- SIQUEIRA, V. H. F.; ROCHA, G. W. A construção de diferenças de gênero entre estudantes de medicina. **Cadernos Pagu**, n. 30, p. 231-268, 2008.
- ROHDEN, F. **Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 245 p.